



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
ANO III Nº 34 1ª QUINZENA DE JUNHO DE 1992 Cr\$ 500,00

**O governo Collor afunda-se na  
corrupção.**

**O parlamento burguês, os  
governadores e partidos  
acobertam a podridão de seu  
governo.**

**Que a CUT e os sindicatos  
chamem à formação dos tribunais  
populares !**

**Abaixo o governo de fome e  
miséria !**

**Por um Governo Operário e  
Camponês !**

**Viva a greve dos Motoristas e Cobradores de Ônibus  
de São Paulo !**

**Abaixo a traição do PT ! Abaixo as prisões políticas !**

Balanço da greve dos condutores na página 9

## O Estado e a Revolução-

1a. parte

### A essência do marxismo

Em "O Estado e a Revolução", Lênin resgata princípios fundamentais do marxismo, entre eles a essência do marxismo, a Revolução proletária, hoje renegada por praticamente toda a esquerda.

Nos primeiros capítulos, Lênin mostra, citando Engels, que o Estado "é um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embarçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se". Para Lênin, "o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes". Os reformistas e os ideólogos da burguesia pregam incessantemente que o Estado é o órgão de conciliação de classes. Para Marx, "O Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra, é a criação de uma "ordem" que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes".

A democracia pequeno-burguesa, o reformismo, não são capazes de compreender que o Estado seja "o órgão de dominação de uma determinada classe que não pode conciliar-se com sua classe adversária".

A conclusão do conceito marxista de Estado é o mais importante: "se o Estado é o produto da inconciliabilidade das contradições de classe, se é uma força superior à sociedade "afastando-se cada vez mais da sociedade", é claro que a libertação da classe oprimida só é possível por meio de uma Revolução violenta e da supressão do aparelho governamental criado pela classe dominante e que, pela sua própria existência, "se afasta da sociedade".

Essa é a essência do marxismo, negada pelas correntes reformistas, que julgam ser possível transformar o Estado burguês "democratizando-o". Com base nessa idéia (que como vimos tem sua origem no interior da classe exploradora), dão importância estratégica aos processos eleitorais. Algumas correntes, como a Convergência Socialista, chegam ao ponto de afirmarem que a eleição de Lula por exemplo poderia abrir caminho para a Revolução socialista.

Vejamos como Lênin coloca essa questão: É preciso notar, ainda, que Engels definiu o sufrágio universal (as eleições) de uma forma categórica: um instrumento de dominação da burguesia". Lênin critica os democratas pequeno-burgueses, que "partilham e fazem o povo partilhar da falsa concepção de que o sufrágio universal é capaz de manifestar verdadeiramente e impor a vontade da maioria dos trabalhadores".

"A república democrática é a melhor casca possível do capitalismo " "Nenhuma mudança de pessoas, instituição ou partido, na república democrática burguesa, é suscetível de abalar esse poder", explica Lênin.

A defesa da Revolução proletária é a defesa da luta para acabar com a exploração de classe. Sem destruir o Estado burguês não será possível acabar com a exploração do trabalho. A negação da Revolução e a adesão ao democratismo é o abandono da luta pela emancipação dos trabalhadores em favor de manter a dominação da burguesia. É o que fazem as correntes de esquerda, que se debandaram para o democratismo.

## BUSH E SEU PLANO DE SALVAÇÃO DOS POBRES

O presidente norte-americano George Bush, após visitar Los Angeles, área em que houve conflitos em final de abril passado, levou ao Congresso proposta no sentido de "levar esperança e oportunidade às áreas urbanas mais pobres" (Diário Popular - 10/05).

O senador Bill Bradley, respondendo a proposta de George Bush, afirmou que é necessário que "se faça um jogo político com os pobres" (Diário Popular - 10/05).

Tais manifestações de "apreço" para com os pobres, na verdade, encobrem um problema central e para o qual o regime em putrefação é incapaz de dar a resposta: a pobreza e a miséria que crescem nos países imperialistas.

Tentativas de transformar o problema social que se instala nas grandes nações imperialistas em meros problemas raciais, não escondem o fato de que, no caso particular dos Estados Unidos, o exército de reserva capitalista é formado principalmente por negros e latinos que vivem numa situação de profunda miséria e um levante, não em áreas, mas em Estados de maioria negra se transformaria não mais em simples incidente social, mas em luta de classes (levante generalizado do operariado).

Ajudar os pobres a comprar casas, melhorar a previdência social para os explorados e oprimidos dos EUA, não será nunca uma resposta ao problema que se coloca. E nem existe possibilidades de "novos modelos democráticos", como propõe Bradley, pois o regime capitalista já se encontra em estado de putrefação.

## AVANÇA A CRISE DO GOVERNO ANTIPOPULAR, ABAIXO O GOVERNO CORRUPTO E DE FOME

Um dos objetivos da reformulação ministerial era o de breçar a onda de denúncias de corrupção no interior da cúpula governamental. Nem bem Collor afastou o Ministro do Trabalho, da Saúde e uma série de personalidades de segundo escalão, seu irmão Pedro Collor revelou o maior de todos os escândalos, envolvendo diretamente o Presidente da República.

O dossiê sobre o testa de ferro Paulo Cesar Farias, o "PC", vincula Collor à utilização do poder do Estado para enriquecimento fraudulento. E, novamente, vem à luz do dia a figura da ex-ministra da economia Zélia Cardoso de Mello, comprometida com a rede dos figurões do Estado e da corrupção.

Com as denúncias vindas do interior da família oligárquica de Alagoas, os trabalhadores que elegeram o presidente puderam saber que "PC" era um empresário falido, que logo se enriqueceu à sombra do conluio com Collor.

É essa máfia que vem provocando a recessão, demissão em massa e esmagamento das condições de vida das massas em todo país. Sob a miséria e a fome se ergue o governo burguês antipopular, antinacional e corrupto.

Enquanto se sonega um salário mínimo real, se mantém um política de confisco salarial da maioria, se rechaça as reivindicações dos aposentados, se trabalha por privatizar a Previdência, se sucateia a saúde, educação, etc, o bando do Planalto está com as mãos livres para saquear os recursos do Estado.

Fica exposto aos olhos da maioria oprimida quem são os verdadeiros saqueadores. Para liquidá-los é necessário combater a classe burguesa como um todo. A via para cumprir essa tarefa é a da mobilização nacional para impor as reivindicações mais elementares e derrubar revolucionariamente o governo corrupto. Somente a instalação de um governo operário e camponês poderá pôr fim à fonte de opressão e corrupção.

### O PARLAMENTO COMPROMETIDO COM O GOVERNO CORRUPTO

Os partidos da burguesia, encabeçados pelo PMDB, sequer admitiam instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que de fato de nada vale, como comprovou a investigação do caso Magri. O próprio PT, com seu seguidismo à oposição burguesa, inicialmente retardou uma tomada de posição pela CPI, procurando contemplar com o prazo de 30 dias dado para a justiça investigar. Porém, as denúncias são tão contundentes que já não podem mais trabalhar para

abafar o escândalo.

Tentaram, em nome da estabilidade das instituições burguesas apodrecidas, preservar a figura do Presidente da República, que expressa e concentra em si o poder da burguesia contra as massas famintas. Depois que todo país tomou conhecimento das negociatas de "PC", protegido de Collor, agora procuram amortecer os fatos e ludibriar a consciência das massas com a promessa de que a melhor coisa a se fazer é apurar as denúncias.

A incapacidade dos partidos burgueses e do parlamento em tomar uma medida imediata de remoção do bando de corruptos se explica pelo fato de que o conjunto das instituições do Estado está comprometida com o parasitismo, o tráfico de influências e todo tipo de corrupção. Collor é produto da burguesia decadente, que somente o removerá caso as massas ameacem derrubá-lo pela revolta popular.

### QUE A CUT E OS SINDICATOS CONVOQUEM AS MASSAS À LUTA PELA CONSTITUIÇÃO DE TRIBUNAIS POPULARES PELO FIM DO GOVERNO, PELO FIM DA FOME E DO DESEMPREGO.

A revelação das falcatruas do próprio presidente evidencia para as massas que não podem mais tolerar um poder que as esmaga com o desemprego e a miséria. Não há porquê carregar nos ombros a burguesia parasitária e seu governo corrupto. Contra a farsa das apurações do Congresso, da Polícia Federal e da justiça burguesa, todos subordinados a Collor, cabe à CUT e aos sindicatos chamar a classe operária a se manifestar, colocando na ordem do dia suas reivindicações e a bandeira de fim do governo corrupto.

A CUT e os sindicatos podem formar um tribunal popular saído do movimento nacional (assembléias), que sirva de instrumento de real apuração dos crimes da burguesia e seu governo e de organização de um grande movimento dos explorados. São os assalariados, dirigidos pelo proletariado, que têm interesses genuínos de expor toda a verdade e responder com medida revolucionárias, capazes de destruir a casta corrupta e parasitária.

Nada de confiar nos tribunais da burguesia! Nada de se submeter ao parlamento vendido! Que as massas apurem os fatos através de seus tribunais populares nascidos das suas organizações!

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS  
O JORNAL QUE DEFENDE A  
REVOLUÇÃO  
E A DITADURA DO PROLETARIADO  
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

NO NORTE E  
NORDESTE ESCREVA  
PARA  
CAIXA POSTAL  
575 - AG.  
CENTRAL  
RECIFE - PE -  
CEP 50001

## NADA DE COMPROMISSOS COM A BURGUESIA HÁ QUE SE LUTAR CONTRA O DESEMPREGO

Nos últimos meses o crescimento do desemprego tem assolado o país. Na grande São Paulo são um milhão e duzentos mil desempregados, equivalente a 15,5% da população ativa. Só na primeira semana de maio houve 1.517 postos de trabalho liquidados.

Esta situação não se restringe ao Brasil. A reunião da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que congrega os 24 países mais industrializados do mundo, chegou à conclusão de que o desemprego está se tornando um problema estrutural do capitalismo, que tende a se agravar, atingindo inclusive os postos de chefia.

Isto não é novidade. A existência permanente do exército de desempregados em qualquer país capitalista do mundo é parte do funcionamento do sistema de exploração do trabalho. O fundamental está em que o capitalismo entrou em declínio geral e vem ampliando o desemprego estrutural a ponto de ameaçar fisicamente uma importante parcela dos trabal-

hadores.

Nos países semicoloniais, como o Brasil, o desemprego é parte do aumento da opressão imperialista, que impõe planos recessivos e saques insuportáveis de riquezas produzidas. O fechamento de fábricas e quebra comercial são sintomas da desagregação econômica. São milhares de postos de trabalho destruídos, quando a exigência é a de desenvolver a economia.

A resistência ao desemprego é fundamental para proteger as forças produtivas do país, encarnadas no trabalho dos assalariados. Não será com o entendimento nacional e com acordos do tipo das montadoras, que perpetua o arrocho e a política de quebra econômica, que enfrentaremos esse flagelo capitalista. Aos trabalhadores está colocada a unidade nacional da maioria oprimida contra o governo de fome e corrupção. Por isso, chamamos a CUT a romper com a sua linha de conciliação de classe e encabeçar a campanha nacional de luta contra o desemprego e a carestia.

## NADA DE ENTENDIMENTO NACIONAL, SIM A CAMPANHA NACIONAL DE LUTA

A reunião das lideranças da CUT, FS e CGT, logo após a decretação do salário mínimo de fome, para levar um plano de reivindicação ao governo Collor se constitui em mais um esforço de se manter a frente burocrática contra a ação direta das massas.

Os burocratas impediram que os trabalhadores saíssem em luta em defesa dos salário mínimo real com escala móvel de salário, pleiteando demagogicamente o reajuste a conta-gotas do mínimo. Desta forma acabaram por se submeter à decisão do Congresso Nacional, que por sua vez expressou a incapacidade da burguesia de manter minimamente uma grande parcela dos assalariados.

A retomada da frente burocrática vem acompanhada da exortação da FIESP de se rearticular o pacto social, aos moldes do acordo das montadoras, que bloqueou a campanha salarial dos metalúrgicos do ABCD.

Esta política da burocracia sindical está em contradição com as tendências de luta que vêm se gestando no seio das massas. É fundamental denunciá-la e defender as formas de mobilização desde os sindicatos até o movimento popular que impulsionem as lutas presentes.

A defesa da campanha nacional contra o desemprego e a miséria continua a jogar um papel importante na situação. Em cada luta há que propor a organização nacional do movimento contra a política antinacional e antipopular de Collor.

Ao mesmo tempo que a campanha nacional de luta se constitui numa perspectiva de ação unitária dos explorados, põe em evidência o papel de freio da burocracia, que sacrifica as reivindicações das massas nas suas negociações de cúpula e as submetem ao parlamento burguês.

## DÚVIDA DE COLLOR

O presidente Fernando Collor, quer saber quem e qual o motivo dos saques no Rio de Janeiro (Diário do Grande ABC - 08/05).

Considerando que os saques estão sendo feitos à supermercados e não a lojas de calçados, já podemos ter duas conclusões imediatas:

1a. Os saques estão sendo feitos pelas massas desempregadas;

2a. Elas têm fome.

Utilizar-se da propaganda de que as quadrilhas estão por detrás dos saques é esconder o impossível. Do mesmo modo que a fome e a miséria, a marginalidade também é produto de um sistema econômico apodrecido.

O motivo que o corrupto Sr. Presidente não consegue encontrar está na política recessiva, implementada por seu governo por ordem do FMI e que atirou no desemprego 15% da população economicamente ativa e que prevê 20% de desemprego até 1993, no país.

Significa dizer que, só nos grandes centros urbanos, encontramos hoje

cerca de 10 milhões de desempregados a caminho do lumpesinato (desemprego crônico).

Pergunta tão estapafúrdia como essa feita pelo Esmo. Sr. Presidente da República só tem uma resposta que é pôr abaixo o governo esfomeador, antinacional e antipopular de Collor.

Colocar o Exército na rua, como pretende o digníssimo mandatário da nação, é o seu pretensão passo para a modernidade: colocar o Rio de Janeiro na esquina de Los Angeles.



## RESPOSTA A RUBENS REQUIÃO PRIVATIZAR É BOM PARA QUEM?

Segundo propagandas do governo federal, veiculadas pela televisão, etc., privatizar é bom para noivas, girassóis e jockeys. Agora para os trabalhadores a privatização é uma desgraça, prova está que o governador do Paraná, Rubens Requião, ameaçou os grevistas do porto de Paranaguá, não só com demissão, mas com privatização!

O governador foi em rede nacional à TV dizer que se os portuários não voltassem ao trabalho ele iria implementar a privatização no porto para que as demissões fossem feitas.

Ou seja, a privatização serve hoje

como instrumento de intimidação, o que Rubens Requião fez, foi dar rosto à privatização. E este rosto é o desemprego imposto pelo governo de opressão nacional, que quebrará todas as fronteiras da economia nacional e arrasará parte significativa das forças produtivas do país, para servir de sustentáculo da crise imperialista e implementar a recolonização dos países semicoloniais.

A resposta à Rubens Requião e ao governo pro-imperialista, a ser dada pelos trabalhadores, só pode ser a de ocupação e controle dos trabalhadores sobre as empresas estatais.

## PORTUÁRIOS E PRIVATIZAÇÃO

O sindicato dos portuários de Santos está iniciando uma mobilização contra a aprovação no Congresso Nacional, do projeto de lei 08/91 que define a privatização do setor.

Tal projeto teria como consequências imediatas a demissão de 7 mil portuários conhecidos por "avulsos" (prestam serviços, mas não são funcionários da Codesp) e o arrocho salarial dos trabalhadores da CODESP que passariam a ser os "avulsos" para as empresas privadas.

O sindicato afirma que tentará travar uma luta a nível nacional contra a aprovação do projeto de lei 08/91, no Congresso, e propõe que a administração dos portos nacionais seja tripartite (União, Municípios e Estados).

A luta pela não privatização das empresas públicas não pode, entretanto, ser travada de modo consequente, por vias institucionais.

É necessário compreender que o problema da privatização deve ser levada a um nível geral de todos os trabalhadores no sentido de formar uma frente anti-imperialista e pela derrubada do governo Collor. Cabe analisar que, em verdade, a luta dos trabalhadores pelas suas condições de vida e salário deve ser sempre pela estatização, porém, com controle dos trabalhadores e não em gestões tripartites formadas por escalões do governo burguês, como instrumento de luta dos trabalhadores, oposta as vias institucionais de solução.

Não será com o corporativismo sindical que quebraremos a ofensiva imperialista. Este é o grande problema da burocracia sindical dos portuários. De um lado, mantém o movimento dos portos isolados da maciça estatização da economia, de outro se propõe solucionar o problema através de negociações com o Estado.

## O AUMENTO DA ENERGIA ELÉTRICA

Com o aumento de 10% de maio, a taxa mínima de consumo de energia passa a custar cerca de Cr\$ 23 mil, ou seja, 10% do salário mínimo vigente. O que para os 43% da população que ganha até um salário mínimo, representam mais um rombo no miserável "orçamento" doméstico.

O curioso é descobrir que é assim porque o FMI exige e o Banco Mundial está recusando empréstimos ao Brasil porque o valor da taxa de energia está abaixo dos níveis internacionais e em patamares irrealistas. Como se um salário mínimo de US\$ 53 estivesse num patamar real.

Além disso, é necessário que o trabalhador compreenda que empresas de fornecimento de energia elétrica estão na mira dos planos privatistas e que o

grande capital internacional só se interessa em comprar o que dá muito lucro, por isso as taxas de energia subirão ainda mais. Quem propiciará o aumento da lucratividade dessas empresas, senão os próprios trabalhadores?

A luta contra a privatização e hoje a luta não só pela preservação de um patrimônio nacional, mas também da própria sobrevivência dos mesmos.

A saída para essa situação é ocupar as empresas a serem privatizadas e lutar pelo controle dos trabalhadores sobre elas e responder aos sucessivos aumentos das taxas de energia, com o não pagamento das contas e a organização de movimentos populares contra a elevação de tarifas.

## AÇOS PIRATINI: INICIAM-SE AS DEMISSÕES

Após sua privatização em 14/02, a Aços Finos Piratini, já demitiu 540 dos seus 2.180 funcionários a título de "enxugamento operacional".

Localizada no município de Charqueadas (RS), que tem uma população de 10.000 habitantes, com a demissão de 26% do quadro da Piratini, já tem 50% de sua população desempregada, pois grande parte das empresas da cidade dependem da produção da Piratini e, conseqüentemente, também estão demitindo.

Ou seja, a sanha dos imperialistas apoiados por Collor, joga metade de uma cidade

no desemprego, o que prova a grande farsa do governo Collor: que a privatização não atinge o trabalhador, quando na verdade, o trabalhador paga para tornar as empresas mais lucrativas, vê seu salário arrochado pela pressão privatista, é desempregado para aumentar a lucratividade dos capitalistas e, finalmente, atirado à miséria, à marginalidade e à indigência.

Este é o sistema de opressão nacional, colocado pelo FMI, para sustentar a crise estrutural que vem abalando o sistema capitalista.

## PRIVATIZAÇÕES: COMO SE FAZ UM DESMONTE

Para atender o plano de desestatização nacional, algumas empresas que a Constituição considera de "segurança nacional", como Telebrás, Eletrobrás e Petrobrás, estão se transformando em meras razões sociais.

A Telebrás já tem 19 de suas 26 subsidiárias (Telesp é uma delas), praticamente, vendidas à iniciativa privada, graças à uma enxurrada de ações e debêntures no mercado financeiro, sendo que em algumas estão sendo feitas auditorias (caso da Telerj) para saber se a empresa ainda pertence ao Estado.

O secretário das Comunicações, Nelson Marchezan, anunciou em 21/05, que será iniciada a venda das ações das empresas do Sistema Telebrás (Diário Popular - 22/05).

O secretário tem o desplante de reconhecer que "essa foi a fórmula encontrada para buscar recursos na iniciativa privada sem desprezar a atual legislação" (Diário Popular - 22/05), ou seja, essa foi a forma de "driblar" o dispositivo constitucional, portanto, demonstrando que o governo Collor não intenciona de parar diante de uma possível ilegalidade, para impor o modelo econômico definido pelo FMI.

No caso da Petrobrás, já se leiloou toda área de flexíveis (p.ex. Petroflex); defensivos agrícolas, a Copesul do ramo petroquímico (engarrafamento de gás, nafta, etc) e agora a proposta do presidente da Petrobrás de privatizar o ramo de distribuição (BR Distribuidora). O leilão da Copesul, apesar de muito contestado pela justiça burguesa, ocorreu sem maiores incidentes em 16/05.

A Embraer inicia seu desmonte do parque produtivo. Já foram demitidos 2.800 funcionários ligados diretamente a área de produção. O objetivo é tornar a empresa em apenas

uma fornecedora de aviões, da empresa privada que a arrematar, conforme informações do próprio presidente da Embraer. Provavelmente, a Embraer passará a representar os interesses da multinacional Lockheed, principal candidata a compra da estatal.

Para isso, em nenhum momento se hesitou em jogar na rua cerca de 3.000 trabalhadores e, apesar da grita geral da justiça burguesa, as demissões não pararão por aí.

Agora, Eduardo Modiano, anuncia as privatizações de Furnas, Chesf e Light, todas pertencentes à Eletrobrás.

Eduardo Modiano, também já anunciou que todo o parque siderúrgico do Brasil será desmontado até 1993. Acesita, Cosipa, Açominas e CSN não passarão de julho de 93.

Tudo isso sem contar o sucateamento que vem se impondo a estas empresas com cortes de verbas e pessoal, etc.

Portanto, protestos formais e tímidos como vêm sendo feitos pela CUT e CGT, não barrarão o entreguismo. Somente a convocação de uma frente ampla dos trabalhadores (Frente Revolucionária Antiimperialista) contra as privatizações e pela derrubada do governo Collor porão fim a estas vergonhosas manobras. Que a CUT saia do seu imobilismo e assumam seu papel, não como freio, mas como acelerador da luta das massas contra o governo burguês pró-imperialista.

POR UMA FRENTE REVOLUCIONÁRIA ANTIIMPERIALISTA DE MASSA PARA PÔR FIM AO ENTREGUISMO E À MISÉRIA DOS ASSALARIADOS!

## PRONUNCIAMENTO DO GENERAL FIGUEIREDO, SINTOMA DA CRISE

O ex-presidente Figueiredo, depois de um longo silêncio, vem a público expor sua opinião sobre a profunda crise social e política do país. Eis a essência de sua declaração: "Nós nunca sofremos um trauma grande. Nós sempre demos uma maneira, o jeitinho brasileiro de não haver derramamento de sangue e de resolver as coisas da melhor maneira possível. Mas, em compensação, nunca resolvemos nossos problemas. Ficaram pendentes porque sempre tivemos preguiça de ir até o fim. Mas a dor é um grande remédio" (Diário Popular - 09/05).

Assim, o general Figueiredo expõe o desenvolvimento das fraturas do poder do Estado e alimenta a crise do regime político. Dois aspectos se destacam: 1) o reconhecimento de que Collor fracassou no seu objetivo de solucionar a crise do poder do Estado; 2) que a via democrática e pacífica é inviável como instrumento de solução da crise. Esta virá pela via sangrenta, o que quer dizer pela revolução ou contra-revolução.

Com este pronunciamento, o ex-ditador denuncia a incapacidade da burguesia nacional de impor soluções através da conciliação de classes. Por outro lado, corre o risco de se ver diante de uma explosão social incompatível com o democratismo e a legalidade burguesas. O general assinala a via golpista, que para se implantar deverá ser muito diferente da 1964. Ou seja, deverá seguir a via sangrenta pinocetista.

Embora a crise do regime político não tenha chegado ao ponto das tendências golpistas estarem se movimentando

com objetivo definido, isto porque o controle das massas pela burocracia permite que a crise interburguesa se acumule sem que o poder do Estado esteja em risco imediato, a colocação de Figueiredo indica um norte estratégico da contra-revolução.

Os democratistas do PT, bem como das esquerdas que o circundam, aprofundam sua integração na política parlamentarista e eleitoreira. Continuam a trabalhar pela frente popular como último recurso da burguesia. Desta forma, facilitam o caminho da contra-revolução.

Ao contrário a política proletária se coloca pela organização profunda das massas operárias e defende a necessidade de uma sólida aliança dos trabalhadores da cidade e do campo (aliança operário-camponesa) em torno da estratégia da revolução e ditadura proletárias.

De fato esta monumental crise político-econômica e social não terá um desfecho pacífico, pois sua tendência é de agudização da luta de classes, na qual as massas tendem a se agigantar perante a burguesia nacional, incapaz de sustentar a sua própria democracia burguesa.

A saída da contra-revolução burguesa só poderá ser evitada caso a classe operária consiga organizar o Partido Operário Revolucionário. Somente a organização das massas em torno de um programa de liquidação do capitalismo putrefato e da expropriação do poder da burguesia poderá solucionar a brutal crise econômica e social do país.

## CAMPANHA CONTRA AS PRISÕES POLÍTICAS

Abaixo transcrevemos o teor dos abaixo-assinados para os quais os movimentos populares estão coletando assinaturas para serem anexados, como protesto formal, ao processo movido contra Boni, Romildo e Tonhão.

"Os vereadores Manoel Boni, Romildo Raposo e o vice-prefeito de Diadema, Antonio Justino (Tonhão), estão prestes a serem condenados e presos por defenderem os sem-terra das ocupações do Buraco do Gazuzá, Morro do Samba, Vila Socialista e outras áreas de ocupação popular em Diadema - São Paulo. Trata-se,

evidentemente de uma condenação política. Nós, trabalhadores, abaixo assinados, nos posicionamos pela supressão do processo e fim das perseguições".

A importância política de tais abaixo-assinados se deve a caracterização de perseguição política dos lutadores da classe operária e que os próprios trabalhadores estão dispostos a se colocar na luta pela não condenação, não de meras personalidades, mas pela não condenação da luta travada entre os operários e o regime que os esmaga.

## PROTESTOS CONTRA AS CONDENAÇÕES DE BONI, ROMILDO E TONHÃO

Transcrevemos, abaixo, uma das manifestações de protesto encaminhada para o juiz de Diadema, Rubens Rihl, contra a condenação de Boni e Romildo, para ser anexada ao processo, pela bancada do PSB de Ribeirão Preto.

"Senhor Presidente,

Considerando que os vereadores de Diadema Manoel Boni e Romildo Raposo, presos e depois processados pelos incidentes ocorridos em dezembro de 1990, na Vila Socialista, quando dois sem terra morreram e dezenas ficaram feridos em confronto com a polícia, estão prestes a receber sentença;

Considerando que os incidentes então ocorridos deveriam se exclusivamente à absurda violência da repressão policial ordenada pelo governador de São Paulo à época dos fatos, senhor Orestes Quercia;

Considerando que as acusações que pesam sobre os dignos companheiros vereadores são infundadas, pois os mesmos apenas exerceram seu direito e dever de retorsão frente à inusitada violência policial, na defesa de direitos inalienáveis

e fundamentais de cidadania, além de justa e instintiva reação de defesa na preservação de suas vidas e dos presentes àqueles fatos;

REQUEREMOS

ao MM. JUÍZ DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE DIADEMA, DR RUBENS RIHL PIRES CORREIA, no sentido de pedir a absolvição dos companheiros Manoel Boni e Romildo Raposo, porque descabida sua condenação pelos fatos citados.

SALA DE SESSÕES, 23 de abril de 1992.

Leopoldo Paulino

Vereador"

## CONTINUA A LUTA PELA NÃO CONDENAÇÃO DE BONI, ROMILDO E TONHÃO

Em sua reunião do dia 19/05, o Comitê pela Não Condenação de Boni, Romildo e Tonhão, prestes a serem condenados pela justiça burguesa por haverem lutado pelo direito a terra e teto dos trabalhadores, deliberou pela entrega de inúmeros abaixo assinados e moções de repúdio contra a condenação, cujo teor é o de caracterizar como perseguição política aos companheiros, ao governador Fleury no próximo dia 05/06, no Palácio dos Bandeirantes.

Será formada uma comissão, composta por sindicalistas, líderes de movimentos populares e membros do

comitê, para entregar o documento ao governador.

O objetivo é exigir que o Estado burguês retire as acusações que pesam sobre os companheiros e manifestar o nosso repúdio ao golpe que se está tentando dar na luta dos trabalhadores.

Vários protestos formais já foram encaminhados para serem anexados ao processo em questão, totalizando, já, um número de 150. Mas os protestos devem aumentar e para que isso ocorra todas as entidades, partidos políticos e sindicatos que se reivindicam da luta pelos trabalhadores, devem se

manifestar.

As reuniões do comitê de Diadema se realizam todas as quartas-feiras, na R. São José, 54 - 3o. andar - Centro de Diadema.

Também é de suma importância a formação de comitês também por bairros e a nível nacional se quisermos, de fato, enfrentar a opressão burguesa. Em São Paulo, o comitê já se encontra em formação e no próximo número divulgaremos data e local das reuniões.

## PARA QUE SERVIRÃO AS 48 HORAS DE PARALISAÇÃO?

A assembléia de 15 de maio deliberou dois dias de greve. Uma paralisação por tempo determinado encerrará a campanha salarial do primeiro semestre. Essa foi a proposta defendida pela diretoria da APEOESP, oposta à realização de uma manifestação massiva de todo funcionalismo, acompanhada de uma assembléia geral para definir a greve por tempo indeterminado.

A diretoria se colocou contra a preparação de um movimento forte e unitário do funcionalismo contra a política de arrocho salarial do governo. Para isso, se utilizou das manobras próprias da burocracia sindical: realizar uma assembléia relâmpago, sem nenhuma discussão e aprovar rapidamente o protesto de 48 horas.

Dias 4 e 5 não serão de greve para os trabalhadores de educação e sim de meros protestos. Cada regional realizará o seu ato ou, como dizem os burocratas, "a sua insatisfação ao governo". Nesse sentido, foi contundente em rechaçar a proposta de realização de uma assembléia no final das 48 horas. Como também foi categórica em impor os atos descentralizados. Nada de

ação de massas. Nada que pudesse provocar mudanças nos rumos de sua política imobilista.

A diretoria da APEOESP utilizará as 48 horas de paralisação para mendigar a Fleury algumas migalhas salariais. Os salários estão extremamente arrochados (o professor recebe 1,3 salários mínimos por 20 horas) e a burocracia sindical procurará, através dessa pressão, negociar com o governo um plano de reposição para o segundo semestre. Mostrará sua face de direção "comportada" que é capaz de conduzir o movimento sem a radicalização. Para essa investida buscou apoio dos pelegos, como o CPP (Sólton Borges dos Reis).

Os professores deverão utilizar as 48 horas para fazer um balanço dessa direção que vem impondo a paralisação no seio da classe. Devemos aprovar a realização de reuniões para a discussão da campanha e os passos para a sua efetivação, que necessariamente implicarão na construção dos comandos de mobilização eleitos em assembléias. Nesses dias devemos aproveitar para defender a linha de unidade grevista de todo o funcionalismo.

São 25 milhões de adeptos. A perspectiva é ampliar para 50 milhões. Por que cresce tanto o número de igrejas pentecostais?

## Por que avança o misticismo?

São 35 milhões de evangélicos no Brasil. Sendo que 25 milhões são seguidores da seita pentecostal e 10 milhões são os chamados evangélicos históricos. Dentro do pentecostalismo, o grupo maior é o da Assembléia de Deus, seguida pela Congregação Cristã. Esse crescimento se deu, principalmente, após 1980, pois conseguiram passar de 10% da população para quase 25%.

O crescimento do número de seguidores foi acompanhado pela investida na construção de igrejas. Hoje são mais de 100 mil templos. Aplicam rios de dinheiro nos meios de comunicação de massa. Só o chefe da Igreja Universal do Reino de Deus possui 4 emissoras de TV e 14 de rádio. Ao mesmo tempo, disputam a ampliação de sua bancada parlamentar para as próximas eleições. O bloco parlamentar evangélico é constituído de 24 deputados federais.

A arrecadação mensal dessas igrejas é violenta. Para se ter uma idéia, a Igreja Universal de Deus (Edir Macedo) colhe por mês mais de 1 milhão de dólares.

Por que se agiganta em número de fiéis, em quantidade de seitas do mesmo ramo e na soma volumosa de dinheiro?

Em primeiro lugar, há que apontar a profunda opressão econômica a que está submetida a maioria da população brasileira. Essa é responsável por toda espécie de opressão e humilhação social, provocando a decomposição da vida mental das massas. O aparecimento e o crescimento dos movimentos religiosos carismáticos é um dos aspectos da opressão mental. A população massacrada pela fome, miséria e o desemprego tem procurado na fé, nas curas e nos milagres a solução para os problemas reais. Por isso, se apoiam, principalmente, no pentecostalismo, cuja principal característica é a crença na intervenção do espírito santo nos assuntos terrenos.

Em segundo lugar, esse crescimento tem revelado a impotência das massas assalariadas na luta contra a opressão econômica. Buscam na fé e entregam parte dos míseros salários para o sustento de uma rede de líderes carismáticos,

que fazem verdadeiras fortunas. A impotência, inevitavelmente, provoca a submissão, conseqüentemente todo gênero de opressão mental.

Em terceiro, a ampliação do número de adeptos a essas seitas está diretamente ligada à profunda crise econômica e social por qual passa o país. Os baixos salários, o desemprego atingindo 8 milhões da população ativa, o fechamento de fábricas, a expulsão de camponeses das terras e a ausência de uma ação centralizada por parte das direções sindicais têm empurrado milhões de trabalhadores à procura de milagres. Os líderes carismáticos assumem o papel de conter a rebeldia insintiva das massas contra a miséria e as canaliza para a pacividade, a resignação, etc.

A situação embrionária do partido revolucionário no Brasil faz com que os trabalhadores fiquem à mercê de todo gênero de opressão. A pouca penetração do partido não determina que deixemos esse problema religioso sem uma resposta. Tratamos a questão do crescimento do pentecostalismo no seio da luta de classes. Nesse sentido, seria absurdo pensar que numa sociedade baseada na opressão econômica, social e política, as massas estariam à margem dos efeitos da propaganda mística. Como também se esquecer que o surgimento e o fortalecimento dessas igrejas são partes do poder de opressão que se forma no interior da sociedade capitalista. É para preservar o sistema de exploração que se proliferam inúmeras seitas e não o contrário. É função primordial dos líderes religiosos amortecer as reações instintivas das massas contra a burguesia e, por isso, são pedras fundamentais na manutenção do regime que mutila a maioria da população.

A denúncia e o combate à proliferação de todo tipo de opressão mental (como a religiosa) é parte da defesa do programa revolucionário. A defesa das reivindicações elementares das massas, como o salário mínimo real, condições dignas de saúde, educação, moradia, bem como a terra aos camponeses pobres, assumem a importância decisiva na preservação das forças produtivas e, portanto, na luta contra a destruição física e mental da maioria trabalhadora.

## O SIGNIFICADO DA GREVE DOS CONDUTORES

A greve dos condutores ocorreu numa situação de grande crise do governo Collor. De um lado, a dificuldade governamental de fazer o novo ministério funcionar diante da bancarota econômica do país e, de outro, a volta dos escândalos de corrupção que atingem o próprio Presidente da República. A greve ocorreu, também, em meio a uma onda de saques no Rio de Janeiro, que começava se expandir por São Paulo.

A crise política e social foram os impulsionadores da greve dos condutores. Diferentemente dos saques, que são manifestações de desespero dos famintos, a luta grevista é a forma organizada dos trabalhadores se oporem a ação capitalista de empobrecimento progressivo das massas.

A campanha salarial dos condutores coincidia com a dos metroviários, o que colocava a possibilidade de um grande movimento, que atingiria o funcionamento da economia burguesa, concentrada no maior centro urbano do país. A preocupação do governo Fleury e de Erundina era de que a confluência de metroviários e condutores desse lugar a um confronto contra o Estado. E, ao mesmo tempo, que fosse o estopim para um movimento mais amplo, que atingisse outras camadas dos explorados.

Como se vê, a disposição extraordinária de se parar toda a frota de coletivos rompia com o imobilismo, que vem sendo imposto ao movimento sindical. Num quadro recessivo, de crescente desemprego e de confisco salarial, a greve dos condutores significava o rompimento da camisa de força colocada pela burocracia sindical, unida numa frente burocrática de conciliação de classe entre a cúpula da CUT, FS e CGT. O que comprova isso foi o acordo das montadoras, cujo resultado foi o de eliminar a campanha salarial dos metalúrgicos do ABCD.

Uma vitória grevista aos olhos das massas indicaria o caminho a seguir. Seria um fator de quebra da política salarial do governo Collor, que determina para todo o país o arrocho. Seria também um golpe na diretriz da frente burocrática, voltada ao Entendimento Nacional com os capitalistas e o governo. Seria a ruptura com o freio da conciliação traidora das direções sindicais imposto às massas.

Tratava-se, portanto, de uma greve estratégica, que ultrapassava a si própria, porque colocava para o conjunto dos trabalhadores o caminho da ação direta e a rejeição do colaboracionismo burguês praticado pela burocracia das Centrais. Isso explica porque a prefeitura do PT se empenhou a fundo para derrotá-la. Por detrás da administração do malfadado governo democrático e popular está a política econômica do governo Collor e os interesses gerais da classe patronal.

### A PREFEITURA DO PT E A GREVE

A intransigência de Erundina surpreendeu a própria direção do sindicato dos condutores, representante do próprio PT no interior do sindicalismo. A negação da prefeita ao primeiro parecer do TRT de parcelar em duas vezes o reajuste de 89%, que não passavam de simples reposição de perdas, contrapondo-se com a proposta vergonhosa de 77% parcelados em 3 vezes, impediu que a direção sindical petista bloqueasse a radicalização da assembleia do dia 08/05.

Sob a bandeira de "89% já, senão São Paulo vai parar" os condutores a cumpriram a risca, fazendo a mais radical paralisação da categoria. Por sua vez, a resposta da prefeitura do PT foi de utilização radical dos instrumentos de repressão do poder do Estado. A greve expressava

a necessidade dos assalariados, enquanto que a repressão policial de Erundina representava os interesses do capital, particularmente, das empresas privadas de transportes.

O conhecido argumento utilizado nos velhos tempos por Lula de que a greve não deveria ser tratada como um problema policial e sim como um problema social se desmoronou frente à repressão estatal ao movimento. Para justificar as prisões, os espancamentos e todo tipo de agressão aos grevistas, Erundina se valeu do princípio burguês de que o que estava em jogo era a segurança pública. Assim, a greve, instrumento legítimo dos explorados, foi colocada como inimiga pública número um.

### A UNIÃO BURGUESA CONTRA A GREVE

O governador Fleury, vendo que a greve conjunta dos metroviários com os condutores potencializaria a luta de massa e aprofundaria a crise política existente imediatamente orientou que se atendesse em parte a reivindicação dos metroviários de 91% parcelados em 2 vezes. Embora não atendesse plenamente a reivindicação e o arrocho permanecesse, a direção sindical pelega dos metroviários (majoritariamente do PC do B) logo recuou, utilizando-se do argumento favorável à proposta governamental.

Desta forma, Fleury atingiu seu objetivo em dois sentidos: 1 - quebrou a possibilidade de uma greve unitária, favorecendo a indisposição de luta da direção sindical; 2 - colocou à Erundina a tarefa de utilizar de seu poder do Estado para combater os grevistas.

Erundina se socorreu do chamado Fórum da Cidade de São Paulo, organismo de colaboração de classe, formado pelas Centrais Sindicais, corporações patronais como a FIESP e a administração municipal. Procurou, assim, respaldo na aliança da cúpula burocrática sindical com o grande capital, para unidos ao governo democrático e popular do PT derrotar os grevistas.

Iniciou-se uma grande campanha nos meios de comunicação para condenar a atitude de luta dos condutores. A melhor arma era convencer a população de que a greve era antisocial, no melhor estilo do argumento janista.

### O ISOLAMENTO DA GREVE

Uma das medidas básicas da burguesia para derrotar uma greve é o seu isolamento dos trabalhadores organizados nos sindicatos e da população. Neste embate, o isolamento foi a causa essencial da derrota econômica dos condutores. Para isso, contribuiu decisivamente a desativação da greve dos metroviários. A burguesia e a direção petista devem dar parabéns à burocracia sindical dos metroviários. Esta conduta, entretanto, não representou uma ação isolada. Refletiu a hostilidade da cúpula do CUT (Articulação) à mobilização dos condutores.

Os burocratas como Jair Meneguelli, Lula, Vicentinho e seus comparsas mostraram seu verdadeiro rosto ao trabalharem a favor da administração de Erundina. Gilmar Carneiro foi quem melhor expressou o ódio da Articulação contra a greve. Este corrompido sindicalista exortou Fleury a colocar as tropas de choque para proteger, juntamente com a Guarda Municipal, o patrimônio das empresas e para dissolver os piquetes grevistas.

Ficou evidenciado o papel reacionário da burocracia traidora. Desta vez, não só jogou com o isolamento do movimento, como é sua prática normal, como também apoiou e exigiu a repressão policial. Este grau de decomposição dos principais dirigentes da Articulação é a prova mais

cabal de que são apêndice do Estado e do capital no seio dos sindicatos.

O governo Collor, voltado a não permitir sequer reajustes de perdas anteriores e muito menos um salário mínimo real, passou a dever o êxito de sua política antipopular ao PT e seus agentes no movimento operário. A quebra da greve faz parte do acordo nacional que tem por essência bloquear a revolta da maioria nacional oprimida contra a superexploração e a linha pró-imperialista do governo corrupto.

### UMA OFENSIVA CONTRA A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Os condutores alcançaram um importante grau de organização de base, que são as comissões de garagem. Graças a elas, a greve foi maciça desde as primeiras horas, bem como radicalizada nos seus piquetes contra a ultraminoria de fura-greve e contra o esquema dos chamados ônibus clandestinos.

A organização independente se mostrou vital para a unidade grevista, sem a qual se torna difícil qualquer vitória. Vivemos uma etapa de decomposição capitalista. A burguesia não cede absolutamente nada sem uma profunda mobilização dos assalariados.

Um dos objetivos centrais da quebra da greve é o de varrer com as comissões de garagem e a forma dos piquetes de combate, opostos à demagogia pacifista das lideranças sindicais dos chamados piquetes de convencimento, fórmula criada pela burguesia para dissolver a combatividade das massas, enquanto que o Estado utiliza como "convencimento" a tropa de choque.

Frente à acusação da burguesia de que Erundina estava colhendo os frutos que plantou, com o intuito de exigir desta uma ação rigorosa para dissolver as comissões e reprimir os piquetes, a administração petista levantou o argumento de que os trabalhadores não conseguiram assimilar o papel de cooperação das comissões de garagem. Disse que hoje está em voga o novo sindicalismo, como vem praticando Vicentinho.

O fato é que o princípio social-democrata de cooperação das comissões de garagem com a administração democrático-popular (burguesa) está em contradição com o empobrecimento constante dos assalariados. Os trabalhadores necessitam de organismos de base para a luta e não para cooperar a favor dos exploradores e de sua própria miséria.

O grande problema revelado pela greve é que as comissões de garagem ainda não têm uma direção revolucionária no interior do sindicato. A vacilação nos momentos mais significativos da cúpula sindical dos condutores impediu a potencialização da greve baseada nas comissões e piquetes. Por isso, não pôde ir mais a fundo no combate à ofensiva patronal da administração do PT.

### A DIREÇÃO DA GREVE VACILOU

A direção da greve não correspondeu ao ímpeto de luta das bases. A greve só saiu devido a total intransigência de Erundina em não aceitar a proposta inicial do TRT. Uma vez que a conciliação da justiça burguesa não teve efeito, os dirigentes do sindicato não tiveram alternativa senão acatar a pressão da assembléia.

Em seguida, o TRT retirou sua proposta e agiu imediatamente como instrumento da prefeitura petista, exigindo que o sindicato colocasse 40% da frota em funcionamento. Esta medida, prescrita na legislação trabalhista patronal, se constitui num mecanismo de destruição da unidade grevis-

ta. Acatá-lo resultaria em um passo decisivo para a derrota do movimento.

A direção sindical, que na sua maioria é petista, esperava que com o cumprimento da lei totalitária estaria abrindo caminho para a administração do PT tornar-se mais flexível nas negociações. O contrário ocorreu. O TRT, fazendo o jogo do Estado capitalista (a prefeitura é parte desse Estado), logo verificou a fraqueza da direção, não mantendo os 89% parcelados em duas vezes. Por sua vez, a assembléia radicalizou, retirando os 40% da frota, que furava a greve.

Erundina imediatamente exigiu que o TRT considerasse a greve abusiva, para poder utilizar a demissão por justa causa como arma antigrevista. Mais uma vez o governo democrático e popular mostrou o seu conteúdo antiooperário e pró-capitalista.

Com o isolamento, as vacilações da direção e os golpes violentos de Erundina, as bases não puderam reagir com maior radicalização ainda, cedendo principalmente às tremendas pressões vindas da população despolitizada e manobrada pela intensa propaganda dos meios de comunicação.

Evidenciou-se nessa experiência que a radicalização grevista sem uma direção revolucionária não tem como utilizar de toda sua potência para enfrentar o arsenal à disposição dos inimigos.

### O INSTRUMENTO DAS DEMISSÕES

Erundina chegou à conclusão de que somente a repressão policial não seria suficiente para pôr fim ao movimento. Era necessário se apoiar na legislação de ilegalidade da greve e demitir amplamente, de forma que utilizasse o desespero dos inúmeros desempregados, dispostos a servirem de fura-greve. Ao mesmo tempo, aterrorizar os grevistas frente à situação de desemprego maciço, ampliado pela política recessiva de Collor.

O governo democrático e popular não só contou com a demissão mas também com o quadro violento de desemprego que campeia por todo o país. Ao se utilizar de novas contratações, a petista, que outrora fez demagogia populista, jurando ser socialista, não fez outra coisa senão acionar o enorme exército de desempregados, produto genuíno do capitalismo.

### O PT INIMIGO DA GREVE

O PT desmascarou sua política pró-capitalista, a sua estratégia democrático e popular e seu socialismo de fachada. Contra a greve e em apoio à administração de Erundina, o PT mostrou a contradição fundamental de sua orientação. Não se pode administrar o capitalismo sem ser contra as aspirações elementares dos oprimidos.

Esse partido que tanto fala em redistribuir a renda, que critica a brutal concentração de riqueza, se viu obrigado a se colocar contra uma reivindicação que não passava de uma simples reposição das perdas salariais.

O reformismo, que em épocas eleitorais promete acionar o Estado para melhorar as condições de vida das massas, uma vez no poder se torna agente dos interesses gerais do capital. Nas condições de putrefação da economia capitalista, o reformismo não tem como defender esses interesses gerais e, ao mesmo tempo, atender o mínimo dos interesses dos explorados.

Ao ter de combater abertamente a greve, utilizando-se das formas de opressão do Estado, o PT reformista passa a exercer a ditadura da minoria burguesa contra a maioria

oprimida. Vergonhosamente, procura explicar que está defendendo o direito da maioria, quando diz que não pode reajustar os salários porque teria de reajustar as tarifas. Ocorre que, na realidade, protege os altos lucros dos empresários de transporte e, ao mesmo tempo, contribui para manter os baixos salários de toda população trabalhadora, livrando os capitalistas da pressão das massas de reajuste salarial e protegendo a política de congelamento salarial de Collor.

#### A CRISE DO PT

A ala da Articulação favorável a que Erundina fizesse um acordo com os grevistas acabou cedendo à inflexibilidade da prefeita. Venceu o argumento de que era mais prejudicial para a administração petista a elevação das tarifas do que a repressão à greve. Desta forma, a divisão da Articulação não foi suficiente para evitar que o partido expusesse seu compromisso com a patronal e o Estado.

As demissões abriram um novo choque no interior da cúpula petista, pressionada pelos cálculos eleitorais e pelos conflitos internos nas bases do PT. Algumas lideranças exortaram a prefeita a não ir a fundo na decisão de golpear os condutores com o desemprego em massa. A manifestação contra o PT feita, durante a greve, pelas mulheres dos condutores demitidos deixou preocupada a liderança petista.

Erundina ameaçou sua saída do PT, caso este se manifestasse a favor dos demitidos. Rapidamente, se procurou abafar a divisão. É mais importante a manutenção de Erundina nas fileiras do PT, pelo fato desta ter em suas mãos a mais importante prefeitura do país, do que os 500 demitidos.

A submissão de toda a Articulação e seus satélites à vontade reacionária de Erundina demonstra que este partido já não pode sobreviver sem os favores do poder do Estado burguês. A saída de Erundina simplesmente liquidaria de vez com a candidatura de Suplicy. Evidencia-se assim a incompatibilidade da política democratizante eleitoreira dos reformistas com as aspirações dos assalariados e o seu método de ação direta.

#### O QUE SE COLOCA PARA O MOVIMENTO DOS CONDUTORES

Cabe esclarecer o papel reacionário do governo democrático-popular petista e da burocracia sindical que trabalhou para manter o isolamento do movimento dos condutores. Criticar a vacilação da direção do sindicato, perante as pressões do PT e da justiça burguesa.

Os trabalhadores deverão compreender que este é apenas um dos enfrentamentos e que suas lições políticas servirão para fortalecer a luta. Há que se exigir do sindicato total intransigência em relação às demissões. É necessário não dar trégua ao PT e sua administração enquanto não forem readmitidos todos os grevistas. Frente à perseguição da justiça contra a direção sindical e os piqueteiros, se coloca para as comissões de garagem rearticular o combate.

Os militantes da CUT, que não estão comprometidos com os ataques à greve, deverão se alinhar numa crítica cerrada à burocracia traidora. Exigir que a CUT defenda a readmissão dos grevistas, se mobilize contra a perseguição policial ao sindicato e à ofensiva repressiva que Erundina fará sobre as lideranças das comissões de garagem. A linha de defesa da unidade grevista entre condutores e metroviários deverá ser implantada, bem como a da unidade com outros setores.

VIVA A GREVE DOS CONDUTORES DE SÃO PAULO!

ABAIXO A REPRESSÃO PATRONAL DO GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR DO PT!

## II Congresso do DEPARTAMENTO DE VESTUÁRIO

Mais uma vez a 'CUT pela Base' se mostrou incapaz de implementar uma política que se contraponha, de fato, à da 'Articulação'. E isto ficou demonstrado ao final do II Congresso do Departamento do Vestuário (onde a CPB é hegemônica). As resoluções trçadas colocam como uma das questões principais para o próximo período a antecipação das eleições presidenciais e do Congresso, quase se esquecendo de tirar um plano de lutas, questão esta resolvida com alguns pontinhos que foram emendados à tese geral, isto para não dar muito na vista, é claro.

Apesar de contar com alguns pontos radicalizados, como na questão da não filiação à Ciois, na maioria das principais questões, se subordinava à Articulação, como na participação da campanha SOS SALÁRIO, ou aquela para coletar um milhão de assinaturas para levar ao Congresso um projeto de lei salarial que arrocharia nosso salário um pouco menos do que o de Collor.

Em outras questões, desconversam para não serem obrigados a dizer que se submeteram à pressão: é o caso da questão da transformação dos Departamentos em Federações, onde insistem em dizer que se a plenária nacional da CUT aprovasse a transformação eles iriam lutar para que a estrutura fosse igual às do Departamento, isto é, sem finanças próprias e centralizadas pela CUT. Até parece que vão abrir mão das regalias da estrutura oficial e deixar de receber o 'imposto sindical'. Aláás, se não fosse a intervenção da oposição de S. Paulo, nem se dariam ao luxo de discutir qual a posição que o Departamento levaria à plenária, que foi a de manter os Departamentos.

O Congresso só serviu, na verdade, para consolidar a direção da DS (Democracia Socialista, tendência majoritária na CUT pela Base) que irá continuar, agora com mais liberdade, o aparelhamento e a burocratização do Departamento.

## CS EXPULSA DO PT

O Diretório Nacional do PT finalmente cumpriu o objetivo de expulsão da Convergência Socialista (CS). A resolução apresentada por José Dirceu anula o direito de tendência interna à CS. Trata-se de uma medida reacionária da direita petista, que não admite sequer a existência de uma corrente democratizante de esquerda, como é o caso da CS.

O que chama a atenção da militância mais consciente é que esta ruptura não se dá em torno de posições estratégicas programáticas, mas sim de pontos táticos quanto à política eleitoral do PT. Enquanto a linha fundamental da Articulação é a de potenciar eleitoralmente o PT através de coligações com partidos da burguesia (PSDB, PMDB, PDT, etc), a CS é a de cumprir o mesmo objetivo sem que seja através de tais coligações.

A direção petista diz que a expulsão se deve a que a CS não acata as decisões do I Congresso do PT. Entretanto, o motivo central da expulsão não está no fato da CS se colocar contra a condenação da estratégia da ditadura do proletariado, mas sim por levantar a bandeira de "não às coligações eleitorais com o PSDB" e pela palavra de ordem "Fora Collor".

Em resposta à resolução de expulsão, a CS diz: "a maioria dirigente Articulação e Projeto para o Brasil tem se recusado a desenvolver uma política de oposição sistemática a Collor e por isso proíbe o Fora Collor". Conclui: "diante desta política que ameaça a identidade do partido e conduz o PT à ruína, é legítima e necessária a desobediência civil". "Vamos procurar todas as correntes internas dispostas a resistir a esta perseguição e colocar na pauta o verdadeiro debate, que não é fora a Convergência, mas é, como sabem todos os petistas sinceros, o Fora Collor." Nessa colocação se resume o conteúdo da expulsão. A Articulação não admite uma campanha a favor da remoção do governo Collor através dos próprios mecanismos da democracia burguesa. A CS com o seu "Fora Collor" não faz mais do que defender a antecipação das eleições presidenciais.

### NEM A POLÍTICA DEMOCRÁTICA ESQUERDIZANTE É TOLERADA

A CS nunca se caracterizou por combater a estratégia democrática eleitoreira do PT, que se cristalizou na linha do governo democrático e popular e na formação da Frente Brasil Popular. Sempre se guiou ilusoriamente pela defesa de um PT eleitoralmente independente dos partidos da burguesia. Nunca admitiu que a independência de classe não se resume em negar as coligações eleitorais com os partidos burgueses. Isto porque se prende formalmente a um dos aspectos da relação política. O PT poderia rejeitar a tática das alianças eleitorais com a burguesia e nem por isso ser independente. Uma vez que se proponha a chegar ao poder através das eleições, terá por objetivo estratégico não a destruição do Estado burguês e do poder econômico dos capitalistas.

A Articulação não admite o conteúdo democrático eleitoral da CS porque sabe que é inviável o PT chegar ao poder através das eleições sem que esteja comprometido com uma das alas da burguesia. É inconcebível a via eleitoral sem que tenha como aliado setores do capital, que possa sustentá-lo política e financeiramente. O vínculo do PT com a social-democracia internacional (uma variante da burguesia imperialista) é a prova mais cabal desse fenômeno.

A divergência em torno do Fora Collor expressa também este problema. Não é incompatível estrategicamente com o PT a bandeira do Fora Collor. A Articulação calcula que a melhor via é defender a estabilidade do governo Collor na perspectiva de que o seu desgaste alavancará a Frente

Brasil Popular em 1994. Caso a falência do governo, com tanta corrupção, se torne insustentável o PT poderá recorrer ao Fora Collor para defender a estabilidade do Estado burguês, através da convocação de eleições gerais antecipadas.

Está claro que a CS não se contrapõe à colaboração da Articulação com o governo reacionário defendendo a via revolucionária de derrubada de Collor. Inclusive, tem evitado explicitar o conteúdo preciso do Fora Collor. Mas, no seu jornal, o entrevistado Victor Ghorzi, militante da corrente Democracia Operária e participante do bloco de esquerda, expõe o real conteúdo. Diz: "O PT não pode ter uma política de sustentação do governo Collor. Ele deve apresentar um alternativa dos trabalhadores". Segundo a própria interpretação da CS, Victor defende que "a intervenção do PT deve ser o Fora Collor exigindo Lula presidente já e não em 1994".

Como vemos, a divergência não é estratégica e sim tática. A defesa da antecipação das eleições para eleger Lula se constitui numa ilusão pequeno-burguesa de que o caudilho social-democrata poderá solucionar a aguda crise do regime político e da economia capitalista.

### A CRISE DO PT E A CONSTRUÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

A integração do PT ao Estado capitalista, como demonstra seu ataque à greve dos condutores, conclui uma experiência das correntes de esquerda que militam em seu interior. A expulsão da CS é o fato mais evidente do esgotamento. A insistência dos mandelistas (Democracia Socialista) e dos lambertistas (O Trabalho) em permanecerem a qualquer custo no PT revela a mais profunda decomposição política, pois se submetem à linha de coligação do PT com os partidos burgueses.

O rompimento da CS sem que seja fruto da defesa do programa da revolução e ditadura proletárias não abrirá caminho para a formação de um verdadeiro partido operário revolucionário. A CS não tem um balanço de que fracassou a proposta de um partido operário independente porque desde o início do PT rejeitou o objetivo histórico de destruição do capitalismo pela via insurrecional, ou seja, da tomada do poder do Estado pela via da revolução violenta. Jamais foi capaz de se distinguir do eleitoralismo e das ilusões democráticas petistas.

Ao lançar a bandeira de um novo partido formado da junção de múltiplas correntes, aplicando a fórmula morenista de frente única revolucionária (FUR), pretende realizar o que foi inviável através do PT. Ou seja, a construção de um partido legalista e eleitoralmente potente de esquerda. Esta é a razão pela qual se apoiam em alguns pontos mínimos de consenso entre os petistas democratizantes de esquerda, evitando a definição da estratégia da revolução e da concepção leninista de partido.

Esta nova situação que se abre com a crise do PT e a expulsão da CS desencadeará um rico processo de discussão política em torno da construção do Partido Revolucionário ou de um novo PT reformista de esquerda. Coloca-se para a vanguarda consciente a tarefa de defender os fundamentos básicos do marxismo, que se concentram no objetivo da revolução proletária. Neste quadro, há que ser claro na crítica à orientação democratizante da CS.